



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

PROGRAMA ANALÍTICO

DISCIPLINA

CÓDIGO: IS521	GESTÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS PÚBLICOS (Disciplina Integradora)
CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 4CR, 2T-2P, 60H

**Cada crédito Teórico ou Prático corresponde a 15 horas-aula*

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (DAP)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
PROFESSOR(ES): Ronaldo Raasch – Mat.: 8387635 – End. Eletrônico: ronaldo@ufrj.br

OBJETIVOS:

Geral:

Apresentar e familiarizar os alunos com os conceitos, tipos, instrumentos, normas constitucionais legais, elaboração, formalização e execução que envolvam os contratos, convênios e consórcios públicos na administração pública brasileira, bem como aplicar os conhecimentos adquiridos em situações práticas.

Específicos:

- Conhecer os tipos existentes, identificar os instrumentos legais vinculados e descrever as cláusulas necessárias dos contratos, convênios e consórcios públicos.
- Discutir as diferentes formas de contratação disponíveis ao administrador público.
- Descrever o processo de contratação no Brasil.
- Debater as atividades que podem ser objeto de contratação.
- Analisar o papel do administrador no controle e na gestão de contratos, convênios e consórcios públicos.
- Conceituar, descrever e caracterizar as concessões, permissões, franquias e parcerias público-privadas (PPPs) de serviços públicos.
- Realizar pesquisas parametrizadas no sistema de convênios.
- Identificar as características dos contratos de repasse e termos de parceria.
- Descrever o processo de gestão financeira dos consórcios públicos.

EMENTA:

Contratos Administrativos: Conceitos e Noções Gerais. Tipos. Termo de Aditamento. Apostila. Contrato Verbal. Elaboração. Execução. Outros Contratos. Convênios Administrativos: Noções

Preliminares. Formalização. Execução. Controle. Sistema de Convênios. Consórcios Administrativos: Conceitos Fundamentais. Aspectos Constitucionais. Tipos de Arranjos. Composição. Finalidade. Gestão Financeira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

PARTE I – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1. Conceitos e Noções Gerais.
2. Tipos de Contratos.
3. Termo de Aditamento:
 - 3.1. Tipos de Eventos:
 - 3.1.1. Acréscimos ou Supressões no Objeto;
 - 3.1.2. Prorrogações;
 - 3.1.3. Repactuações;
4. Apostila.
5. Contrato Verbal.
6. Elaboração de Contratos:
 - 6.1. Cláusulas Necessárias;
 - 6.2. Sanções Administrativas;
 - 6.3. Legislação Aplicável;
 - 6.4. Prazo de Vigência:
 - 6.4.1. Regra Geral;
 - 6.4.2. Serviços de Natureza Contínua;
 - 6.5. Publicidade.
7. Execução dos Contratos:
 - 7.1. Acompanhamento e Fiscalização;
 - 7.2. Subcontratação e Sub-rogação;
 - 7.3. Alteração Contratual:
 - 7.3.1. Unilateral;
 - 7.3.2. Por Acordo entre as Partes;
 - 7.4. Equilíbrio Econômico-Financeiro;
 - 7.5. Nulidade.
8. Outros Contratos:
 - 8.1. Concessão ou Permissão:
 - 8.1.1. Concessão de Obra Pública;
 - 8.1.2. Serviço Público;
 - 8.1.3. Concessão de Serviço Público precedida da Execução de Obra Pública;
 - 8.1.4. Concessão de Uso de Bens Públicos;
 - 8.1.5. Contrato de Gerenciamento;
 - 8.1.6. Parcerias Público-Privadas:
 - 8.1.6.1 Concessão Patrocinada;
 - 8.1.6.1 Concessão Administrativa;
 - 8.1.7. Contrato de gestão

PARTE II – CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS

1. Noções Preliminares:
 - 1.1 Modalidades de Transferências da União:
 - 1.1.1. Obrigatórias
 - 1.1.2. Voluntárias
 - 1.2. Conceito;
 - 1.3. Distinção entre Contrato e Convênio;
 - 1.4. Legislação Aplicada;
 - 1.5. Definição dos Partícipes;
 - 1.6. Principais Vedações.
2. Formalização dos Convênios:
 - 2.1. Plano de Trabalho: Apresentação e Aprovação;
 - 2.2. Assinatura;
 - 2.3. Publicação;
 - 2.4. Celebração.
3. Execução dos Convênios:
 - 3.1- Pontos Relevantes:
 - 3.1.1. Recursos Transferidos;
 - 3.1.2. Principais Vedações;
 - 3.1.3. Rescisão do Convênio.
4. Controle.
5. Sistema de Convênios – SICONV
 - 5.1- Histórico;
 - 5.2- Modalidades das Transferências Voluntárias:
 - 5.2.1. Convênio;
 - 5.2.2. Contratos de Repasse;
 - 5.2.3. Termos de Parceria;
 - 5.3. Fluxo Operacional;
 - 5.4. Prestação de Contas.

PARTE III – CONSÓRCIOS ADMINISTRATIVOS

1. Conceitos Fundamentais;
2. Aspectos Constitucionais;
3. Tipos de Arranjos;
4. Composição:
 - 4.1. Protocolo de Intenções;
 - 4.2. Ratificação;
 - 4.3. Estatutos.
5. Finalidade;
6. Gestão Financeira.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

_____. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. **Estabelece normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>.

BITTENCOURT, Sidney. **Manual de convênios administrativos:** também enfocando os contratos de repasse e os termos de parceria. 3. ed. rev. atual. e ampliada. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>.

FERREIRA NETTO, Cássio Telles. **Contratos administrativos e arbitragem.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FORTINI, Cristina. **Contratos administrativos:** franquias, concessão, permissão e PPP. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Lei 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm>.

_____. **Lei 11.107, de 06 de abril de 2005.** Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111107.htm>

_____. **Lei 9.790, de 23 de março de 1999.** Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>.

_____. **Decreto 6.170, de 27 de julho de 2007.** Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm>.

BITTENCOURT, Marcus Vinicius Corrêa. **Manual de direito administrativo.** 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010. ISBN 9788577003525.

BRASIL. **Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>.

OLIVEIRA, Saulo Barbará de (Org.). Diversos autores. **Instrumentos de Gestão Pública.** 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1. 280p. ISBN 978-85-02-63596-8.